



**Plano de racionamento** começa no dia 1º encarecer conta de luz em até 45 vezes. Cesta básica do país pelo segundo mês consecutivo. Preço da botija c

# Adene inclui todos os municípios capixabas

**Agência criada para substituir a Sudene vai destinar 3% dos investimentos para o Estado**

RITA BRIDI

A medida provisória (MP) 2.145 que, entre outras medidas, extingue a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene) garante ao Espírito Santo a inclusão dos 78 municípios capixabas na área de atuação do novo órgão federal. Antes, apenas os 28 municípios da região Norte estavam na área de abrangência da Sudene.

A inclusão de todo o Espírito Santo na área da Adene foi confirmada na noite de ontem pelo governador José Ignácio Ferreira, após ter conversado, por telefone, com o presidente Fernando Henrique Cardoso. O governador ressaltou que os benefícios antes concedidos à região Norte, agora serão estendidos a todos os municípios capixabas.

Ignácio disse que "a medida vai tornar o Espírito Santo mais atrativo para novos investimentos e também contribuir para a descentralização do desenvolvimento, já que todas as regiões agora estarão em igualdade de condições". O governador lembrou que agora os 78 municí-

## Entenda os detalhes

### O que mudou

A Medida Provisória nº 2.145, de 2 de maio de 2001, extingue a Sudene e cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste (Adene).

Todos os 78 municípios do Estado ficam incluídos na área de atuação da Adene.

O Finor foi extinto e criado o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste que terá dotações orçamentárias vindas de recursos do Tesouro Nacional.

Está garantido ao Espírito Santo a destinação de, no mínimo, 3% da dotação do fundo para aplicação nos projetos locais, que representará R\$ 13,8 milhões em 2001 e R\$ 19,8 milhões em 2002.

A Medida Provisória, no artigo 50, revoga os artigos 1, 2, 4, 5 e 6 do decreto lei nº 880, de 18 de setembro de 1969 (Funres).

### O ES e a Sudene

O projeto que incluiu 27 municípios do Norte do Espírito Santo na área de incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, a Sudene, foi aprovado pelo Senado em 20 de março de 1998.

O projeto original foi de autoria da senadora Júnia Marise (PDT-MG), incluindo 45 municípios do Vale de Jequitinhonha (MG) na Sudene. A deputada federal Rita Camata (PMDB) apresentou uma emenda ao projeto, conseguindo o mesmo benefício para os 27 municípios do Estado. O presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei 9.690 no dia 15 de julho de 1998.

### A história

A Sudene começou a tomar forma em 1956, quando o presidente Juscelino Kubitschek, preocupado com a seca, criou um grupo de trabalho. Seis meses depois, o presidente recebeu relatórios dando conta de que o problema na região ocorria devido ao cultivo de lavouras dependentes da chuva e da falta de indústrias capazes de gerar emprego e renda.

Em 1957, o Nordeste apresentava péssimos indicadores sociais. Abrigava 31% da população brasileira, mas só participava com 14% da renda nacional. Em 59, entrou em vigor a lei que criou a superintendência, e seu primeiro superintendente foi Celso Furtado, que passou a incentivar a modernização das formas de produção da região.

### Papel do Finor

O forte da Sudene era o Finor, cujos recursos vêm do Imposto de Renda. O Fundo foi criado em 1974 e converteu-se no principal instrumento financeiro da Superintendência de Desenvolvimento. Na prática, permite que empresas interessadas em se instalar na região se viabilizem através da captação de recursos do BNB, Banco do Nordeste do Brasil.

A Gazeta Ed. de Arte

la Adene. Para o Espírito Santo, está assegurada a destinação de no mínimo 3% da dotação orçamentária do referido fundo para aplicação em projetos. A dotação orçamentária do fundo para 2001 é de R\$ 462 milhões, estando assegurados para o Espírito Santo R\$ 13,8 milhões. A dotação para 2002 é de R\$ 660 milhões, representando R\$ 19,8 milhões para os projetos em território capixaba, no mínimo.

### Mudanças

O secretário executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, Guilherme Gomes Dias, ressaltou que a principal mudança no fundo é o fim da sistemática de renúncia fiscal. O Finor, lembra, era um fundo privado administrado pelo setor público. "Com a mudança haverá uma transferência orçamentária", explicou.

A garantia da destinação de no mínimo 3% da dotação do fundo para o Espírito Santo também foi considerada importante. Guilherme Dias destacou que "as dotações do novo fundo são resgatadas a cada ano de acordo com a receita líquida disponível da União".

Em resumo, a mudança implicará "na substituição do mecanismo de renúncia fiscal por uma transferência fixa e com uma regra de correção", enfatizou o secretário do Ministério do Orçamento e Gestão. Segundo Dias, "o Estado ganhou com as mudanças definidas".

pios capixabas poderão ser beneficiados com recursos do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur), para o incremento de novos projetos na

área turística.

A MP extinguiu o Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e criou o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste, de natureza contábil, a ser gerido pe-